



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 65

PORTO VELHO-RO, QUINTA-FEIRA, 14 DE ABRIL DE 2016

ANO V

SUMÁRIO

ASSESSORIA DA MESA	Capa
TAQUIGRAFIA	1418
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	1431
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES	1431

ASSESSORIA DA MESA

ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUERITO – CPI, COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR E APURAR POSSÍVEL FORMAÇÃO DE CARTEL DOS FRIGORÍFICOS DE ABATE BOVINOS NO ESTADO DE RONDÔNIA.

Às dezesseis horas e seis minutos do dia vinte e um de março do ano dois mil e dezesseis, no Plenarinho das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, reuniram-se os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI destinada a investigar e apurar possível cartel dos frigoríficos de abate bovinos no Estado de Rondônia, criada em sessão ordinária, por meio do requerimento nº 397, de 09 de dezembro de 2015, e constituída pelo ATO Nº 001/2016-P/ALE; sob a presidência do Senhor Deputado Adelino Follador; com as presenças dos Senhores Deputados Adelino Follador, Lazinho da Fetagro e Ribamar Araujo; Registrou-se a ausência justificada do Senhor Deputado Lebrão, e ausência do Senhor Deputado Laerte Gomes. Havendo número regimental, o Senhor Presidente deu por aberto os trabalhos, e solicitou ao Senhor Deputado Lazinho da Fetagro – Relator, que fizesse a leitura da ata da reunião anterior; Senhor Presidente, solicitou a dispensa da leitura e, havendo consenso, ficou a Ata aprovada por unanimidade. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Deputado Lazinho da Fetagro que fizesse a leitura do

expediente recebido. Foi lido Ofício nº0073/2016/FAPERON, de 09 de março de 2016, em resposta ao Ofício nº 006/CPI/2016, do Senhor Hélio Dias de Souza – Presidente/FAPERON; Ofício nº357/GABINETE/ IDARON, de 11 de março de 2016, em resposta ao Ofício nº 005/CPI/2016, do Senhor José Alfredo Volpi – Presidente da Agência IDARON; Ofício nº200/GAB/IPEM - RO, de 07 de março de 2016, em resposta ao Ofício nº 007/CPI/2016, do Senhor Edvaldo Rodrigues Soares – Presidente do IPEM - RO; Ofício nº201/2016/GAB/SUDER - RO, de 17 de março de 2016, em resposta ao Ofício nº 003/CPI/2016, do Senhor Pedro Teixeira Chaves – Diretor Executivo da SUDER - RO; Ofício nº375/GAB/IDARON - RO, de 17 de março de 2016, em resposta ao Ofício nº 11/CPI/2016, do Senhor José Alfredo Volpi – Presidente da Agência IDARON - RO; Ofício nº501/GAB/SEFIN - RO, de 17 de março de 2016, em resposta ao Ofício nº 004/CPI/2016, do Senhor Franco Maegaki Ono – Secretário Adjunto SEFIN – RO. Senhor Presidente comunico que não foi recebido, da Superintendente Federal de Agricultura de Rondônia - SFA/RO, relação de todos os frigoríficos com SIF no Brasil, bem como sua distribuição por região e por Estado, além da capacidade de abate dos mesmos nos anos de 2010 a 2015, dos demais outros ofícios encaminhados, por essa Comissão todos foram respondidos, Na sequência o Senhor Presidente, solicitou do Senhor Deputado Lazinho da Fetagro para fazer a leitura do relatório da viagem ao Mato Grosso. Fez uso da palavra o Senhor Deputado Lazinho da Fetagro, que afirmou que o controle das cadeias produtivas é um importante instrumento de controle para o governo de Rondônia. Em seguida, deliberaram e aprovaram por unanimidade convocar os responsáveis pelos frigoríficos: Indústria Comércio e Transporte – DISTRIBOI Cacao; Frigorífico – JBS S/A, Porto Velho; Frigorífico – Tangará LTDA, Ji-Paraná; Frigorífico – FRIGON, Jarú; a comparecer no dia 04 de abril de 2016, às 16:00 horas, no Plenarinho das Comissões desta Casa de Leis, para prestar depoimento referente aos frigoríficos de abate de bovinos no Estado de Rondônia. Nada mais havendo a tratar, e antes de encerrar a presente reunião,

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**
2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **ALEX REDANO**
4º Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

o Senhor Presidente convocou reunião para o dia 28 de março do corrente, às 16:00 horas, no Plenarinho das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. Às dezesseis horas e trinta e seis minutos, do dia vinte e nove de março do ano dois mil e dezesseis, o Senhor Presidente declarou encerrada a presente reunião. E, Para constar, foi determinada a lavratura da presente ata que após lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI, COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR E APURAR POSSÍVEL FORMAÇÃO DE CARTEL DOS FRIGORÍFICOS DE ABATE BOVINOS NO ESTADO DE RONDÔNIA.

Às dezesseis horas e nove minutos do dia vinte e oito de março do ano dois mil e dezesseis, no Plenarinho das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, reuniram-se os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI destinada a investigar e apurar possível cartel dos frigoríficos de abate bovinos no Estado de Rondônia, criada em sessão ordinária, por meio do requerimento nº 397, de 09 de dezembro de 2015, e constituída pelo ATO Nº 001/2016-P/ALE; sob a presidência do Senhor Deputado Adelino Follador; com as presenças dos Senhores Deputados Adelino Follador, Ribamar Araujo, Lazinho da Fetagro, Laerte Gomes e Lebrão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, e solicitou ao Senhor Deputado Lazinho da Fetagro – Relator, que fizesse a leitura da ata da reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida o Senhor Presidente convidou os membros da Comissão para irem à Secretaria da Agricultura SFA/RO e na Secretária de Finanças – SEFIN, no dia 29 de março do corrente, às 08 horas e 30 minutos, para buscar informações. Foi lido o seguinte expediente recebido: Ofício nº 1302/2016/CADE, em resposta ao Ofício nº 025/CPI/2016, ofício enviado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). O Senhor Presidente comunicou que no dia 04 março a partir das 16:00 horas acontecerá a oitiva dos responsáveis pelos maiores frigoríficos de Rondônia: Indústria Comércio e Transporte – DISTRIBOI – Cacoal, Frigorífico – JBS S/A - Porto Velho; Frigorífico – Tangará LTDA - Ji-Paraná, e Frigorífico FRIGON – Jarú, para prestarem depoimentos. Fizeram uso da palavra os Senhores Deputados Lazinho da Fetagro, Ribamar Araujo e Lebrão. O Senhor Deputado Lebrão, frisou que é preocupante o número da saída de bezerras no Estado de Rondônia, e que o Estado está perdendo matrizes; citou que no Vale do Guaporé saem 500 bezerras por dia, e que precisamos de mecanismos para evitar que isso continue acontecendo, caso contrário a economia de Rondônia será afetada. Em seguida, deliberaram e aprovaram por unanimidade a convocação dos Senhores: Edvaldo Rodrigues Soares - **Presidente do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Rondônia – IPEM-RO, acompanhado do Diretor responsável pela fiscalização; Marcos César Lopes Lacerda** - Presidente da Associação dos Frigoríficos no Estado de Rondônia – RO, e Itamar Ferreira dos Santos - Presidente

do Sindicato [Central Única dos Trabalhadores – CUT](#). Nada mais havendo a tratar, e antes de encerrar a presente reunião, o Senhor Presidente convocou reunião para o dia 04 de abril do corrente, às 16:00 horas, no Plenarinho das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. Às dezesseis horas e trinta e sete minutos do dia vinte e oito de março do ano dois mil e dezesseis, o Senhor Presidente declarou encerrada a presente reunião. E, Para constar, foi determinada a lavratura da presente ata que após lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI, COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR E APURAR POSSÍVEL FORMAÇÃO DE CARTEL DOS FRIGORÍFICOS DE ABATE BOVINOS NO ESTADO DE RONDÔNIA.

Às dezesseis horas e dois minutos do dia quatro de abril do ano dois mil e dezesseis, no Plenarinho das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, reuniram-se os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI destinada a investigar e apurar possível cartel dos frigoríficos de abate bovinos no Estado de Rondônia, criada em sessão ordinária, por meio do requerimento nº 397, de 09 de dezembro de 2015, e constituída pelo ATO Nº 001/2016-P/ALE; sob a presidência do Senhor Deputado Adelino Follador; com as presenças dos Senhores Deputados Adelino Follador, Lazinho da Fetagro, Laerte Gomes e Lebrão; e ausência do Senhor Deputado Ribamar Araujo. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. Foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. O Senhor Deputado Lazinho da Fetagro procedeu à leitura do expediente recebido: Ofício nº 19/2016/SFA-RO/GM/MAPA, de 29 de março de 2016, em resposta ao Ofício nº 001/CPI/2016, do Senhor José Valterlins Calaca Marcelino - Superintendente Federal de Agricultura no Estado de Rondônia – SFA/RO. O Senhor Presidente comunicou que o Senhor Marçal de Campos - Frigorífico JBS/AS – Porto Velho, convocado a comparecer perante esta CPI, nesta data, não compareceu, pois conforme o advogado da JBS/SA de São Paulo Dr. Aquiles Tadeu Guatemozim, o convocado é pessoa sem poder de representação, e informou que o representante legal da empresa JBS/SA em Porto Velho é o Senhor Marcelo Zanata – Diretor Regional. E dado a urgência da convocação, em razão de data, determinou à Secretária da Comissão que elaborasse o ofício nº 033/CPI/2016, convocando o representante legal, a comparecer para prestar o seu depoimento junto a esta CPI, para o dia 11 de abril do corrente ano, às 16:00 horas; em seguida, colocou em votação a referida convocação, que foi aprovada por unanimidade dos membros presentes. O Senhor Presidente esclareceu que os convocados ao chegarem ao Plenarinho deveriam preencher e assinar o Termo de Compromisso. Foram ouvidos os Senhores João Gonçalves – Frigorífico Frigon/Jarú, Eduardo de Almeida Ferreira – Frigorífico Tangará/Ji-Paraná, e Pedro Delavi – Frigorífico Distriboi/Cacoal. Fizeram uso da palavra os Senhores Deputados Lazinho da Fetagro, Laerte Gomes e Lebrão. Em

seguida, deliberaram e aprovaram por unanimidade a convocação dos Senhores: João Carlos Daronco – Itapoã D'Oeste, Alex Sandro Guatolini – Cacoal, Wesley Villaça – SINPEC e Homero Raimundo Cambraia, para comparecerem, no dia 18 de abril de 2016, às 16:00 horas, no Plenarinho das Comissões desta Casa de Leis, para prestarem depoimentos referente aos frigoríficos de abate de bovinos no Estado de Rondônia. O Senhor Presidente comunicou que no dia 11 de março, a partir das 16:00 horas acontecerá a oitiva dos seguintes convocados: Senhores Marcelo Zanatta – Diretor Regional Frigorífico - JBS/AS, Edvaldo Rodrigues Soares - **Presidente do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Rondônia – IPEM-RO, acompanhado do Diretor responsável pela fiscalização, Marcos César Lopes Lacerda** - Presidente da Associação dos Frigoríficos no Estado de Rondônia – RO, e Itamar Ferreira dos Santos - Presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT. Nada mais havendo a tratar, e antes de encerrar a presente reunião, o Senhor Presidente convocou reunião para o dia 11 de abril do corrente, às 16:00 horas, no Plenarinho das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. Às dezessete horas e cinquenta e oito minutos do dia quatro de abril do ano dois mil e dezesseis, o Senhor Presidente declarou encerrada a presente reunião. E, Para constar, foi determinada a lavratura da presente ata que após lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Senhor Presidente.

TAQUIGRAFIA

ATA DA 12ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR E ANALISAR A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO BAIRRO SÃO JOÃO BOSCO, LIBERDADE, JARDIM AMÉRICA, CONJUNTO SANTO ANTÔNIO, OLARIA E SÃO CRISTÓVÃO.

Em 31 de março de 2016.

Presidência do Sr.
Jesuíno Boabaid - Deputado

(Às 15 horas e 34 minutos é aberta a sessão.)

A SRA. WAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias) - Senhoras e Senhores, muito boa tarde.

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo a requerimento do Exmº Sr. Deputado Estadual Jesuíno Boabaid, realiza Audiência Pública objetivando discutir e analisar a regularização fundiária nos Bairros São João Bosco, Liberdade, Jardim América, Conjunto Santo Antônio, Olaria e São Cristóvão.

Temos a honra de convidar para compor a Mesa desta Audiência Pública o Exmº Sr. Deputado Estadual Jesuíno Boabaid, proponente desta Audiência; Sr. Antônio Calmon, Diretor de Engenharia e Patrimônio - SUDER/CGPRF; Sr. Antônio Fortunato de Oliveira, Coordenador Geral de Patrimônio do Estado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) - Boa tarde a todos. Em primeiro lugar, eu quero pedir desculpas quanto à questão do horário. Hoje eu tive uma audiência com a Casa Civil referente a algumas questões da Polícia e Bombeiro Militar e agora estava saindo da associação para tratar sobre um projeto de emenda constitucional e já foi resolvido em parte, então eu quero pedir desculpas quanto a questão do horário. Tem presidente de algum bairro aqui? Não. Alguém pode subir à mesa para representar? Ou se quiser a gente inicia e quem quiser se manifestar a gente vai abrir espaço também quando for necessário.

Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública objetivando discutir e analisar a regularização fundiária dos Bairros São João Bosco, Liberdade, Jardim América, Conjunto Santo Antônio, Olaria e São Cristóvão.

A SRA. WAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias) - Sr. Presidente, queremos agradecer e registrar as presenças do Sr. Roque de Oliveira, assessor da Deputada Federal Marinha Raupp, e dos senhores moradores dos bairros São João Bosco, Liberdade, Jardim América, Conjunto Santo Antônio, Olaria e São Cristóvão.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) - Hoje eu vou abrir uma exceção quanto à questão do Hino Nacional que tem no rito das Audiências Públicas. Eu peço que seja dispensado o devido Hino.

Então vamos iniciar os trabalhos. Como as partes mais legítimas de interesse realmente é o Sr. Fortunato, ele que fala em nome do Estado, eu queria passar a palavra para ele, para ele especificar, porque ele já me entregou em mãos aqui um documento relacionando quais são as atribuições e quais são os bairros de competência do Estado. Então, eu vou pedir que ele possa fazer uma leitura para dar ciência e o andamento dos trabalhos por parte da CGP.

O SR. ANTÔNIO FORTUNATO DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos!

Desde a última Audiência Pública que a gente deu algumas explicações aqui sobre os Bairros Nacional, Pedrinhas e Costa e Silva. Existe um planejamento do Estado para atender toda a comunidade com relação ao *Título Já*. Existe uma Lei, desde que essas pessoas se encaixem dentro da Lei vão ser atendidas pelo *Título Já*. Aquelas que não se encaixam dentro da Lei serão atendidas nos trabalhos topográficos, só que isso aí vai ser um trabalho oneroso, ou seja, vão ter que pagar. Existe a especificação, a quantidade de renda, moradores de residência, idade do proprietário que está ocupando a devida área. Nós temos uma demanda muito grande, a CGP que é um órgão estadual ela não se limita só trabalhar com o Estado, ela trabalha, hoje nós temos 24 convênios com todos os municípios e em Porto Velho é onde a gente tem mais bairros para trabalhar. Só para que nós tenhamos uma noção, hoje aqui só tem eu e o Calmon representando a CGP, mas eu estou com a equipe toda trabalhando nos bairros, atualmente vai estar trabalhando no Bairro 10 de Junho e vai trabalhar hoje o

dia todo, até o início da noite, amanhã o dia todo, até o início da noite e o sábado o dia todo, até o início da noite, com previsão de conclusão dos trabalhos no domingo; isso no Bairro 10 de Junho, porque já está mais adiantada toda topografia.

Nós falamos sobre o Bairro Pedrinhas e Costa e Silva na última Audiência. Nós já estamos com 1.786 lotes para regularização onde os processos já estão formalizados, o socioeconômico está pronto, só está faltando a topografia, que ela foi licitada, que nós não temos topografia para atender todo o Estado. Eu tenho um Topógrafo e um Geomensor que normalmente a gente utiliza que é da regularização fundiária rural.

O São Sebastião I e II nós estamos fazendo um Termo de Cooperação, estamos trabalhando junto com a Prefeitura porque a Prefeitura já tem uma equipe contratada, licitada e contratada para fazer o georreferenciamento das áreas que eles vão regularizar.

Então, a gente vai fazer esse Termo de Cooperação para que eles trabalhem e façam também o georreferenciamento nosso do São Sebastião I e II.

O Bairro Nacional é um Bairro um pouco atípico, nós temos uma divisão de Bairro que foi feita, vamos dizer assim, parte pela Prefeitura, parte pelos moradores. Nós temos uma dificuldade de saber aonde inicia o Bairro Nacional, aonde termina ele, aonde se mistura com o Belmont, aonde acaba e começa. Então, tudo isso tem que ser feito com levantamento topográfico.

Na realidade, a área toda era do Estado numa matrícula só e de acordo com as ocupações desordenadas que foram tendo fugiu do controle e nós não temos mais como saber de fato e de direito. É por isso que nós estamos contratando uma empresa para fazer parte desse serviço e a outra parte a Prefeitura com a empresa que ela já contratou vai nos apoiar, para que a gente possa definir de fato e de direito no Nacional onde estão as pessoas ocupantes da área que sobrou para o Estado e aí o Estado poder trabalhar em cima, que se a gente não souber isso não tem como fazer.

Bairro São João Bosco. Parte do São João Bosco está dentro da Fazenda Milagres, que é do Estado, e parte não está, pertence ao Município.

A parte que pertence ao Município nós não temos como fazer, mas a SEMUR, através da Secretária Márcia Luna e do Fabrício, já estão trabalhando com isso, conjuntamente, quando eles tiverem fazendo a Fazenda Milagres vão fazer também a topografia e o georreferenciamento do São João Bosco.

Bairro Liberdade. Também está incluído, só que nós temos um problema para começar na parte do Estado o São João Bosco.

São João Bosco era uma Carta de Aforamento do espólio do Paulo Mourão. Paulo Mourão se foi, os herdeiros hoje receberam o pagamento por essa Carta de Aforamento, o Estado já pagou, mas o processo levou muitos anos na Justiça. Então, levou 22 anos na Justiça, aí o que aconteceu? A gente não pode fazer nada enquanto estiver *sub judice* o São João Bosco, está na Justiça, como é que eu vou mexer na terra dos outros? Eu não posso. Enquanto não for liberado judicialmente, o Estado regularizar no nome dele a parte que cabe do São

João Bosco para nós, aí nós podemos trabalhar, depois que houver a regularização em nome do Estado aí que vai ser feita as divisões. E o problema depois do pagamento é que como ele passou mais de 20 anos *sub judice* para depois fazer o pagamento, o valor que foi pago inicialmente houve correções monetárias e hoje os herdeiros estão questionando na Justiça essa correção monetária, eles querem receber também, e nós não sabemos quanto tempo isso vai durar. Então, quando a Justiça liberar, dizer: “Paga”, e a gente pagar ou não, se a Justiça disser: “não, não cabe mais pagamento porque já pagou tudo”. A gente vai regularizar em nosso nome. Agora, se disser que tem que pagar, é um novo precatório que vai entrar em fase de pagamento, quando quitar é que a gente vai poder regularizar em nome do Estado e daí então regularizar no nome do ocupante do lote.

Bairro Liberdade está na mesma situação, era uma Carta de Aforamento também do Sr. Paulo Mourão.

Conjunto Santo Antônio. O Conjunto Santo Antônio, a gente pode dizer que foi um dos únicos, ou seja, o primeiro aprovado pela Prefeitura e regularizado. Esse lote foi feito e construído pela EGO Engenharia e foi lote devidamente registrado, foi vendido para os moradores e na época quem comprou deveria ter procurado a Prefeitura para regularizar. O Estado poderá a vir regularizar esse lote? Poderá vir a regularizar, se encaixar o pessoal dentro da legislação que foi feita pelo Estado e de baixa renda sim, caso não seja de baixa renda vai ter que procurar a Prefeitura, vai ter que pagar topógrafo para fazer as peças técnicas e vai ser oneroso, ele vai ter gastos com isso, não só na Prefeitura, como gasto cartorário também.

Bairro 10 de Junho é uma área do Estado, e está ocupado com 160 famílias. O Estado já fez, o Estado abriu mão dessa área, já fez a topografia da área, todo o alinhamento, passou para a Eletrobras fazer o alinhamento, nós estamos fazendo o cadastramento socioeconômico, depois de realizado o cadastramento socioeconômico vamos tomar providências para a titulação de lá. É uma área desembaraçada porque já é de domínio do Estado, nós não temos problemas maiores com ela, por isso que está mais adiantada.

COHAB IV e V etapa, estou só informando para vocês tudo que está acontecendo em Porto Velho, além daqueles que foram citados. O COHAB IV e V etapa, eles foram incluídos no planejamento, é uma área do liquidante oficial do Estado, o Ministério Público determinou que a gente incluísse aquela área porque é do Estado também, nós vamos tomar providências com relação a isso.

Bairro Mariana, era também um precatório, foi dividido em 24 meses para pagamento, agora no mês de junho desse ano terminamos o precatório, assim que terminar o Estado vai passar para o nome dele e daí então contratar a empresa para fazer o georreferenciamento e a topografia para poder iniciar a regularização.

Eu estou falando para os senhores e senhoras aqui a sequência do planejamento, ou seja, o primeiro vai ser o Pedrinhas, nós estamos trabalhando já, Costa e Silva, São Sebastião I e II, Nacional, São João Bosco, Liberdade, Conjunto Santo Antônio, 10 de Junho. Mas por que o 10 de Junho é o

primeiro? Porque ele é o que está mais fácil de a gente atualizar, mas ele estava no planejamento, depois ele entrou na frente porque foi o mais fácil.

COHAB V e IV etapa, Mariana, Maravilha, que é dos alagados, nós estamos trabalhando com eles já, só tivemos um problema porque a proprietária está se negando a assinar a escritura pública, nós judicializamos a questão e o Juiz já determinou que ela assinasse a escritura e ela entrou com recurso e nós entramos aí com agravo.

Bairro Universitário já foi depositado em conta, o proprietário não aceitou o valor, ele pediu dez vezes mais, o Estado não aceitou, então a conciliação se deu infrutífera, e o Juiz determinou uma nova avaliação por um perito determinado por ele.

Calama, Nazaré, nós estamos descendo semana que vem para fazer a demarcação geográfica, georreferenciamento com toda a marcação, com ponto geodésico.

São Carlos e Bom Jardim. Bom Jardim está no aguardo da equipe descer para lá assim que terminar Calama e terminar Nazaré.

São Carlos, o proprietário não aceitou o valor da avaliação, pediu o valor dez, quinze vezes maior, o Estado não concordou, mandamos novamente para PGE, o advogado dele recorreu do valor, mandamos para a PGE, a PGE mandou para fazer reavaliação, nós estamos reavaliando para poder fazer o pagamento, por enquanto ele não recebeu nada porque não aceitou o valor. Essa é a situação atual de regularização de Porto Velho, fora isso temos mais de 24 municípios que estamos trabalhando com eles.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Até para esclarecer para todas as pessoas presentes que eu fui desde o início do nosso mandato, eu acho que eu fui um dos que iniciou essa discussão contra a regularização fundiária. E a primeira Audiência foi quanto à Figura A. A Figura A para quem não conhece, a parte é o Bairro Arigolândia, é Pedrinhas, Caiari, Triângulo, Panair. E esses processos vinham tramitando a mais, quase o início de Porto Velho iniciou-se com esses Bairros, e com isso nasci e me criei no Bairro Arigolândia, era um compromisso que eu tinha através do nosso mandato, renascer com essa discussão e colocar em prática. Após a Audiência Pública que teve todas as partes interessadas, aí estava a União, estava o Município, estava o Estado, estava na época a Dra. Quílvia representando, que hoje é o Fortunato e o Calmon, nós fizemos um acordo, a gente se reunir no Estado, com essa reunião traçou-se algumas metas, metas essas que seriam a questão de trazer a decisão final que é a titularização. Foi feito o acordo e o município entrou com a questão do georreferenciamento e o Estado ficou ali dando também apoio se houvesse a necessidade do aparato necessário para a regulamentação e regularização. Foi feito o georreferenciamento, encaminhado para as devidas Secretarias e Superintendências pertinentes e hoje conforme o Calmon já acaba de me informar, já foi autorizado o Bairro Panair e o Bairro Arigolândia a doação desses bairros para o município de Porto Velho.

Então, aquilo que se arrastava por vários anos está próximo de chegar a uma solução. E aí não é, eu vi Bairro Universitário, Bairro do Setor Industrial, Bairro Dilma Rousseff, e nós, eu acho que quase todos os Bairros nós já discutimos aqui. E eu fui procurado por um eleitor, que foi uma pessoa que lá no São João Bosco ele me procurou: *“Deputado, a situação aqui do Bairro que não tem até o presente momento regularização, nós somos também muito antigos e temos certo tempo aqui e eu não consigo fazer nenhum tipo de financiamento, não existe nenhuma resposta quanto a isso porque o Bairro se eu não me engano lá é do Mourão.”* Eu falei: “Opa, mas, espera aí, esse Bairro já foi pago o precatório”. E por qual motivo não existe regularização? E não é diferente, viu, Fortunato. Aí eu puxei logo, pedi, marquei Audiência Pública e coloquei todos os Bairros que ficassem próximos para a gente debater nesta Audiência e as pessoas que estiverem presente aqui, estivessem presentes pudessem também trazer informações pertinentes, até para gente saber e tomar quais são os devidos encaminhamentos que iremos proceder.

E ontem eu fui procurado, uma coisa que me causou certa desconfiança, uma senhora pagava o IPTU no nome dela e de uma hora para outra passou agora a ser *Governo do Estado de Rondônia*. Aí eu quero fazer uma pergunta: alguns dos senhores, aconteceu isso com vocês que aqui se encontram presentes? Aconteceu? A senhora é? Dona Fátima, a senhora estava na época no seu nome, é porque aqui tudo fica registrado. Você tem como fazer uso desse microfone aí na sua frente para registrar o seu nome.

A SRA. MARIA DE FÁTIMA XAVIER DE SOUZA – Meu nome é Fátima. E de uma hora para outra, vinha sempre o meu nome no meu IPTU, há mais de 20 anos vinha no meu nome, de uma hora para outra passou para o nome do Estado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Qual é o nome da rua?

A SRA. MARIA DE FÁTIMA XAVIER SOUZA – Eu moro na Padre Chiquinho.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – No Bairro?

A SRA. MARIA DE FÁTIMA XAVIER SOUZA – No Bairro São João Bosco. Dizem que é São João Bosco, outros dizem que é Liberdade. Aí eu não sei realmente, mas eu acho que seja São João Bosco.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Certo. Fortunato, eu queria que você me respondessem essa façanha aí que está acontecendo.

O SR. ANTÔNIO FORTUNATO DE OLIVEIRA – Meu comandante, bem, eu não poderia responder esta questão, até porque o IPTU quem cobra é a Prefeitura. Eu não sei identificar, o Calmon, isso não é a primeira vez que acontece, o Calmon, você teve contato com o Fabrício? O Calmon é nosso

Diretor de Engenharia do Patrimônio do Estado, ele conversou com o Secretário de Desenvolvimento Urbano da SEMUR e pode ser que tenha alguma informação. Eu confesso que para mim é estranho.

O SR. ANTÔNIO CALMON – Deputado, boa tarde. Em seu nome eu queria cumprimentar a comunidade aqui presente.

Dona Fátima, eu queria lhe explicar da seguinte maneira: essa sua situação ela vem sendo recorrente com outros moradores desses Bairros envolvidos. Como o documento, o registro pertence ao Estado de Rondônia, na atualização de cadastro do município consta como proprietário o Estado de Rondônia e como posseiro compromissário, no seu caso, Dona Fátima. Entendeu? Mas nessa regularização fundiária, essa é a nossa função, regularizar transferindo a propriedade que é Estado de Rondônia definitivamente para o seu nome. Isso foi uma questão de atualização de cadastro da Prefeitura para efeito de cobrança de IPTU. A propriedade é Estado do Rondônia, mas posseiro compromissário no caso seu nome, mas isso não quer dizer que estão lhe tomando o seu bem, nada está certo. Foi a preocupação que veio lá na Coordenadoria, e eu fui falar com o Fabrício: “Não, Calmon, situação é a seguinte: porque nós atualizamos cadastro, quem é o proprietário efetivo no papel é o Estado de Rondônia, por isso nós precisamos regularizar essa situação fundiária, pôr em definitivo”. Mas não tem nenhuma alteração de tomar seu bem, não, não existe essa intenção do Estado nesse sentido, não, Deputado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Que fique registrada aqui a situação, que diferente do Estado, a União, ela vai, entra com o documento, desapropria e retira, é assim que está acontecendo. Por isso que foi a maior preocupação nossa da Figura A, que além de fazer tal medida arbitrária, que para mim é arbitrária, ele ainda cobrava taxa de ocupação que é um valor exorbitante. Então, graças a Deus, com a situação desse documento expedido, no caso que é uma portaria, a 29, foi do PANAIR, deve ser outra portaria da Arigolândia, vai suspender agora essa questão das desapropriações e a cobrança da taxa de ocupação. Eu estava vendo, quem quiser se manifestar pode fazer uso da palavra agora. Se o senhor quiser falar, se alguém quiser se manifestar? Tem alguma informação pertinente, perguntar é o momento, para a gente traçar algumas dúvidas, algumas informações, o senhor pode falar.

O SR. DAMIÃO REIS DO NASCIMENTO – Então, eu e Nilo aqui, nós somos moradores do Bairro lá, eu acho que um dos primeiros, e ali eu sei mais ou menos aonde é a mediação das terras do Mourão, que antigamente era a Fazenda Estanífera do Brasil ali. Ela nascia lá beira daquele córrego por trás do Mourão ali, e aí ele vinha beirando a Padre Chiquinho, quando chegava à esquina ali da Guanabara, ali naquele açougue, ela tirava e ia sair lá naquele Sincavir, lá na Tiradentes, Tiradentes, não, é Tiradentes sim. E aí nós morávamos na Padre Chiquinho, desse lado para cá ninguém tem nada ver com terra do Mourão, não, eu estou lá desde 74, o Nilo, desde 72, não é, Nilo? Então, não tem nada a ver com o Mourão ali, não. Se ele está querendo

ganhar essas terras, ele está querendo ganhar no grito, os filhos dele, porque ali não pertence a ele não.

O SR. ANTÔNIO CALMON - Como é o seu nome, senhor?

O SR. DAMIÃO REIS DO NASCIMENTO - Damião Reis do Nascimento.

O SR. ANTÔNIO CALMON - Deixa eu lhe dizer: existe essa divisão, que o Estado ele é proprietário do que é denominado TD Milagres, Títulos Milagres. A sua situação, como o senhor fala, o limite é a Tiradentes, para lá é o município, quem está para cá dentro dessa área do Mourão, essa que o senhor falou que era Estanífera, realmente está fora, essa ação vai ser do município; a nossa está dentro do que é o Mourão, mas os dois constituem o Bairro Liberdade ali. Existe uma divisão, Liberdade que está dentro do Mourão, que é Estado, competência do Estado, e existe o que é Liberdade dentro da área que é Prefeitura, que no caso entendo que seja do senhor.

O SR. DAMIÃO REIS DO NASCIMENTO – Porque a dívida ali é Padre Chiquinho.

O SR. ANTÔNIO CALMON – Pois é, a Padre Chiquinho é o limite.

O SR. DAMIÃO REIS DO NASCIMENTO – Pois é.

O SR. ANTÔNIO CALMON – Para o seu lado...

O SR. DAMIÃO REIS DO NASCIMENTO – Era Estanífera do Brasil...

O SR. ANTÔNIO CALMON – Isso, o outro é do Mourão.

O SR. DAMIÃO REIS DO NASCIMENTO – Exatamente.

O SR. ANTÔNIO CALMON – O que é o Mourão, esse precatório do Mourão pertence ao Estado, o Estado pagou cento e quarenta e seis milhões...

O SR. DAMIÃO REIS DO NASCIMENTO – Foi, eu me lembro até no dia que ele ganhou, diz que deu um infarto nele, e ele morreu.

O SR. ANTÔNIO CALMON – Justamente de tanta alegria.

O SR. DAMIÃO REIS DO NASCIMENTO – De tanta alegria.

O SR. ANTÔNIO CALMON – Então, os herdeiros dele hoje questionam esse valor, enquanto isso não estiver decidido por completo, a gente não pode transferir o nome do Estado, apesar de já ter pago todo esse valor.

O SR. DAMIÃO REIS DO NASCIMENTO – Pois é.

O SR. ANTÔNIO CALMON – Mas no seu caso, como o senhor coloca que o senhor está da Padre Chiquinho para cima, vamos colocar assim, é uma ação do município, SEMUR.

O SR. DAMIÃO REIS DO NASCIMENTO – Não tem nada a ver com Mourão.

O SR. ANTÔNIO CALMON – Mourão, não.

O SR. DAMIÃO REIS DO NASCIMENTO – Não tem nada a ver, não é?

O SR. ANTÔNIO CALMON – Não, a sua é uma ação que vai ser do Município, a SEMUR que tem que regularizar essa fração do senhor lá.

O SR. DAMIÃO REIS DO NASCIMENTO – Certo. Obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Até para esclarecer, por isso que é bom ter esse contato, quem dera eu ter a Assembleia hoje com todos os interessados aqui para entender, o seu caso agora ficou esclarecido, é parte do município, e por qual motivo essa audiência é importante? Agora o Fabrício não está presente, eu acho até estranho que em todas as audiências ele comparece, eu vou acioná-lo e ele vai ter que dar uma explicação para o município, vai ter que dar uma explicação. Primeiro é a questão do Termo de Cooperação, como bem disse o Fortunato, os Bairros estão em sequência aqui, Pedrinhas, Costa e Silva, São Sebastião I e II, Nacional, São João Bosco, Liberdade, Conjunto Santo Antônio, ou seja, você está no São João Bosco no caso, o senhor está no São João Bosco, está aqui na mistura, São João Bosco está entre os sete Bairros primeiros, não é? Então, eu vou entrar em contato, já que me trouxeram essa planilha, vou chamar o município para estar dentro desta questão, como foi feito aqui no Bairro Arigolândia, Figura A, parte, porque agora cabe ao município tomar as medidas. Como eu digo, a Assembleia, através do Parlamento, não está só para discutir ou para cobrar, eu estou conversando aqui com o Fortunato, nós temos equipamentos, o que precisa para dar uma celeridade na questão do geo? Ele falou: “*recursos humanos*.” Então, tem que buscar recursos, se fosse necessário equipamentos, qual era o valor do equipamento. Eu que iria destinar valores de emenda parlamentar para comprar os equipamentos. Então, essa é a parceria que tem que ter entre a Assembleia, entre o Município e entre o Estado.

Mas, infelizmente, senhores, aqui o município de Porto Velho está desguarnecido de uma Prefeitura atuante, de um Prefeito realmente compromissado com o povo. Isso eu digo, não vou falar de todas as Secretarias. A única pessoa que eu posso falar com certa propriedade, que sempre esteve presente aqui, é o Fabrício. Fabrício, todas às vezes que foi chamado, ele veio, por isso que eu estou estranhando. Mas o Prefeito Mauro Nazif nunca veio a esta Assembleia pedir qualquer modo ou parceria com os Deputados. E aqui nesta Casa nós temos constantemente todos os Prefeitos, a maioria, 51 Prefeitos visitam os Deputados na procura de recursos financeiros. E aí causa estranheza quando ele vai a alguns programas de televisão

ou rádio falar que não tem recurso. Se não tem recurso, busca aonde tem. É ingerência, infelizmente. Foi muita propaganda, foi muita mentira falada na época da campanha eleitoral dele, e hoje eu vejo que não tem nada, não fez nada. Tampa um burquinho, prometeu uma série de melhorias naquela questão da saúde e está tudo registrado. Infelizmente nós padecemos, eu sou portovelhense, nós estamos jogados, nós estamos realmente abandonados, nós não temos uma Prefeitura condizente. No meu papel como parlamentar, como Deputado Estadual, que aí é outra visão, outra questão, que o aspecto é geral, é o Estado de Rondônia, nós estamos, sim, buscando. Buscando recursos, buscando melhorias, legislações, mas o entendimento aqui quanto à Prefeitura de Porto Velho existe a resistência. Isso eu posso falar, Fortunato, com maior clareza, infelizmente. O Bairro São João Bosco a senhora pode falar. Qualquer um que quiser falar pode fazer uso da palavra, somente usando o microfone para ficar registrado.

A SRA. IODETE SOUZA DE OLIVEIRA – Eu quero saber, eu moro ali na José Camacho, esquina com a Lauro Sodré, a pista que vai para o aeroporto. Pertence ao Mourão?

O SR. ANTÔNIO CALMON – Não, senhora. Ali naquela esquina, no posto de gasolina ali?

A SRA. IODETE SOUZA DE OLIVEIRA – É.

O SR. ANTÔNIO CALMON – Não, ali não. Ali está fora. Porque ela está na parte de cima. O Mourão vem até ali depois do Fórum Cível, ali na Lauro Sodré, que é a emenda do Jardim América chamado, não é?

A SRA. IODETE SOUZA DE OLIVEIRA – Ali pertence ao Jardim América, porque a gente morava ali na Olaria. Depois passou a ser São João Bosco.

O SR. ANTÔNIO CALMON – Justamente. Mas, independente, se...

A SRA. IODETE SOUZA DE OLIVEIRA – Não tem nada a ver com o Mourão?

O SR. ANTÔNIO CALMON – Não, independente de Olaria, São João Bosco, não pertence essa área do Mourão. Está fora.

A SRA. IODETE SOUZA DE OLIVEIRA – Está bom. Obrigada.

O SR. ANTÔNIO CALMON – Mas continua sob a responsabilidade do Estado.

O SR. MAURO DA COSTA VIEIRA – Moro ali no Liberdade, entre a Benjamin Constant e a Herbert de Azevedo, próximo a vala ali...

O SR. ANTÔNIO CALMON – Eu sei. No Bairro do seu Mauro.

O SR. MAURO DA COSTA VIEIRA – É o seguinte, do lado da minha casa mora o meu cunhado, inclusive essa senhora também mora ao lado. E pagaram IPTU por mais de 40 anos ali. Hoje cortaram porque diz que é área verde. Eu queria saber o motivo, porque área verde, falaram em 15 metros da vala, que agora é trinta metros. Não tem isso e agora construíram um prédio bem em frente, que você sabe que está, de seis pisos, quer dizer, está mais próximo da vala do que a residência dele.

O SR. ANTÔNIO CALMON – Sr. Mauro deixa eu lhe dizer, quanto a essa situação de definição de área verde, área de proteção, isso é a cargo do município. Eu não sou a pessoa mais indicada, porque eu estou aqui representando o Estado, eu com o meu Coordenador. A gente sabe dessa situação que o município tem tido algumas decisões, Hoje é uma situação consolidada que a gente sabe que muita gente paga IPTU há anos e hoje vem declarar como área verde. Então, o município precisa realmente definir qual vai ser a solução para aquilo ali.

O SR. MAURO DA COSTA VIEIRA – Que a gente estranha que recebe 40 anos de IPTU, depois morre, quer dizer...

O SR. ANTÔNIO CALMON – É, vem arrecadando, não é isso?

O SR. MAURO DA COSTA VIEIRA – E não devolve o IPTU de volta...

O SR. ANTÔNIO CALMON – Não. Isso, com certeza não vão fazer. Viu, seu Mauro, porque, só para a gente esclarecer quanto à responsabilidade do Estado nesse perímetro todo, nós somos da Jorge Teixeira com a José Camacho, no muro do Clube Botafogo. Aí o senhor tira uma reta, chegando até o rio. Dali para frente, que é o seu caso, é o município. E principalmente essa área de definição de área verde.

O SR. MAURO DA COSTA VIEIRA – O meu caso não, porque o meu está normal. É o meu cunhado que mora lá. Agora, eu quero perguntar, que ninguém entende aquilo ali. Chega correspondência para mim como Liberdade, outros São Cristóvão. Onde inicia esse Bairro? Eu moro na Liberdade ou no São Cristóvão?

O SR. ANTÔNIO CALMON – Sr. Mauro, deixa eu lhe dizer. Essa definição, é isso que o Coordenador estava falando, a gente tem a dificuldade, porque é assim, quem define isso é o município. Ele que diz a partir dessa rua é Bairro tal. Eu mesmo moro nas Pedrinhas e recebo correspondência como São João Bosco, entendeu? Eu também tenho essa dificuldade. Isso o município teria que esclarecer: “*Olha, esse Bairro é esse perímetro, rua tal com rua tal; rua tal, rua tal*”. A gente tem essa dificuldade. A gente, enquanto Estado, o que a gente precisa resolver é esse imóvel denominado Milagres, que vai da José Camacho até a beira do rio, voltando, indo para o aeroporto. Isso é de responsabilidade do Estado. Aquilo que for a mais é Município.

A SRA. WAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias) – Senhor Presidente, para efeito de registro, para que as pessoas quando forem se pronunciar falem primeiro nome e o nome do Bairro, por favor.

O SR. ANTÔNIO FORTUNATO - Agora essa, só comentando, senhor Mauro, essa definição de área verde poderia ser consultada direto na SEMA, Secretaria de Meio Ambiente Municipal, o Secretário lá é o Edjales, uma pessoa muito acessível, o senhor pode conversar com ele que ele dá qualquer informação sobre isso, seria o ideal conversar com ele.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Fortunato, até porque eu entendo hoje essa questão de acessibilidade, mas é complicado. O que é que eu vou propor aqui nesta Audiência? Todas as demandas, e nós estamos ouvindo, o Calmon está respondendo, o Fortunato está respondendo. O que for de Prefeitura eu vou pedir, no caso que está fazendo a Ata, que é o nosso Assessor, que relate esses problemas com o Município, eu vou chamá-lo aqui para a gente debater isso, discutir isso. Aí vou pedir a presença de cada um para cada parte ouvir e ver quais vão ser as demandas, encaminhar, oficializar também à SEMA e a quem seja, porque é inaceitável falar, igual foi aquela situação, vou lembrar novamente e insistir, que inclusive já conversei com a SEDAM, eu vou começar com a SEMA lá do Portelinha. Que se existe uma ocupação até o ano de 2008, está dentro do planejamento do espaço territorial quanto à expansão urbana, eu não vejo essa discussão quanto à área verde. Isso para mim já nem pode, ainda mais agravante foi cobrar durante 40 anos e agora vir com essa, e em respeito a todos, é uma palhaçada. Isso aí para mim já é querer causar problema mesmo para o cidadão. Mas vamos partir para cada um dos senhores que nós estamos ouvindo, vou relatar, vou pedir que seja relatado. Viu, Kid, coloca aí essas informações na Ata, que eu vou encaminhar para a Secretaria pertinente e abrir um processo perante a Comissão de Habitação para a gente também tomar as medidas cabíveis por lá. Pode quem quiser se manifestar.

A SRA. RAIMUNDA ALVES SOARES – Meu nome é Raimunda Alves Soares, eu moro ali na rua no Bairro São João Bosco, entre Guanabara e João Goulart. E gostaria de saber então a quem pertence essa terra. E se há também alguma data assim, digamos assim que a gente saia daqui mais ou menos sabendo quando, quanto tempo vai levar para a gente, tipo assim, começar a pedir a documentação para serem legalizadas essas terras. Porque eu mesma já vou fazer 40 anos que eu moro ali em frente à Escola Major Guapindaia, certo? Então, é isso aí. Obrigada.

O SR. ANTÔNIO FORTUNATO DE OLIVEIRA - Dona Raimunda, me perdoe, mas essa área é do Município, é uma pena lhe dizer isso. Pena porque se fôssemos nós eu poderia até lhe dar uma previsão de data, mas como a área é do Município, nós podemos até trabalhar como nós vamos trabalhar com o município em Termo de Cooperação.

Só para a senhora ter uma noção, eu vou só lhe informar: a Fazenda Milagres, a empresa que foi contratada, a previsão dela fazer o georreferenciamento e a Topografia que leva uns três meses ou mais, é um trabalho demorado, é um trabalho minucioso, muitas vezes é medido metro a metro cada lote, não só com o equipamento de Topografia, mas chega-se nos lotes, a gente vai ter que medir lote a lote para a gente fazer o cadastramento daquela pessoa que está lá. Nesse caso da senhora pelas ruas que a senhora citou, ele fica a cargo do Município e não nosso. Aí nós vamos trabalhar em Termo de Cooperação, quando a Prefeitura terminar o georreferenciamento dela junto com o nosso é que a gente vai começar a trabalhar. Agora eu não posso precisar para a senhora quando isso vai acontecer.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Quanto à questão do Município, como eu já relatei, vou fazer as devidas cobranças e inclusive já pedi para ligar para o Fabrício, se ele vem aqui para a gente discutir todas as informações logo. Se ele chegar a tempo, a gente coloca, já debate o que realmente vai ser feito pelo Município.

A SRA. TEREZINHA AZEVEDO DE OLIVEIRA – Eu sou Terezinha Azevedo de Oliveira, moro ali na rua José Ribeiro Filho, próximo a esse canal que o senhor está falando. Moro há mais de 33 anos e ainda não construí a minha casa definitiva porque eu estou esperando essa regularização. Pago IPTU, não por todo esse tempo, que eu fui atrás, agora que eu comecei a pagar há alguns anos. E fiz o muro, já fui à SEMA, a fossa que eu construí é nos padrões ambientais, o muro eu fiz bem alto porque havia tiroteio ali naquele canal e os ladrões vinham entrando por dentro e eu tinha guardado uma bala de fuzil que caiu dentro de casa. Quando começava a atirar eu tinha que deitar no chão, e inclusive a parede do muro foi feita com tijolo dobrado. E estou aguardando esse processo. Quando eu recebi o convite fiquei feliz e agradeço a disposição de vocês em atender o público neste sentido, porque é um sofrimento, tenho uma mãe idosa e ainda ontem a mídia esteve lá porque desapropriaram aqueles que moravam bem junto ao canal, aquela favela e está uma bagunça, lixo, e quando eles saíram dali teve aquelas lesmas que sobem, apesar do muro elas entram por baixo do portão, então a gente tem que catar aqueles animaizinhos, eu ouvi falar que tinha um projeto, que o pessoal construiu aqueles edifícios lá e aquele hotel que por conta daquela degradação ambiental que eles fizeram lá eles iam cobrir aquele canal, e seria uma boa, não sei com quem que vocês fariam essa parceria, se o morador entraria com uma parte. Porque inclusive eu gostaria que se desse uma área ali em parceria talvez com o município, com o Estado, eu tenho vários livros que eu gostaria de fazer uma biblioteca e se houvesse a parceria do município e do Estado que fizesse uma biblioteca para atender as mulheres que têm criança que não conseguem estudar em tempo hábil, e se for feito seria bom para todos, e gostaria que talvez expusesse num pedacinho ali para a gente acompanhar e ver, porque livro é caro e às vezes quando a pessoa não tem condição de comprar, apesar de que tem a internet hoje, mas alguns materiais são só por pesquisa

mesmo, dependendo do horário, às vezes a pessoa nem tem internet.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) - Só queria saber qual o nome do Bairro?

A SRA. TEREZINHA AZEVEDO DE OLIVEIRA - Bairro Jardim América, na rua do China Norte.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) - Qual essa área? Estado, Município ou Mourão?

O SR. ANTÔNIO CALMON - Aquela área que hoje é o Jardim América foi um loteamento feito pelo Sr. Emil Gorayeb, existe uma questão documental nela de repassarem ao Estado ou diretamente ao município. A gente sabe daquela situação que é canal, o município tem uma ação pela SEMA, eu confesso à senhora que eu não sei exatamente o que já foi feito e o que tem por se fazer, sei que tem projeto, fui informado que tinha projeto daquilo ali, porque como está dentro dessa área do TD Milagres, acredito que a SEMA, senhora, seja o órgão mais indicado. E o que eles disseram?

A SRA. TEREZINHA AZEVEDO DE OLIVEIRA - Eles me orientaram a plantar açaí na beira, eu fiz um bananal, nunca deixei ninguém cortar uma folha, só quando fez o muro que foi necessário, e eu plantei, gastei o ano passado mais de três mil reais para fazer esse plantio do açaí, mas só que veio a chuva e levou tudo e demoliu, aí eu não sei como é que eu faço, a gente fica meio engessado. Porque se fizesse alguma coisa em parceria com o Estado, em parceria com o município, o morador contribuísse, eu não sei como é que faz, a gente está pagando IPTU e gostaria de uma solução.

O SR. ANTÔNIO CALMON - Claro, com certeza. Como isso envolve uma questão ambiental, eu acredito que a gente enquanto Patrimônio do Estado não sejamos a pessoa mais indicada a lhe dar um...

A SRA. TEREZINHA AZEVEDO DE OLIVEIRA - Toda vez que foi necessário eu fazer um muro ou mexer, cortar uma árvore, eu sempre fui à SEMA e eles já foram lá, e inclusive essa fossa é uma fossa que eu fiz tipo padrão, gastei muito porque foi com brita, carvão, areia, tem quatro compartimentos, já é a quarta vez que eu faço fossa ali, porque teve uns menininhos que foram lá quebrando coco e ela ficou, aquela parte ali, quebraram, demoliram a fossa aí tive que refazer tudo este ano. Inclusive tem uma placa lá que eu preciso da autorização de vocês para colocar lá no canto para ninguém mais jogar lixo, já até mandei fazer, mas sem autorização de direito dos órgãos certos eu não posso colocar; eu fiz a placa, está lá em casa.

O SR. ANTÔNIO CALMON - Aí eu lhe afirmo com certeza, é a SEMA.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) - Eu quero justificar a ausência do Fabrício, que realmente houve, no dia que eu estava aqui, nós iríamos discutir a questão da fazenda Mourão e ali eu falei que não tinha ciência que tinha parte do município, eu falei: "precisa chamar o município". E hoje, depois das informações que vocês levantaram, não houve essa informação, esse contato, e agora o Fabrício acabou de falar que está em outra reunião também e não vai poder vir, mas eu vou chamar na próxima terça-feira uma reunião já na Comissão de Habitação para discutir tudo que foi debatido nesta audiência, o seu caso, o caso específico de cada parte para que haja os devidos encaminhamentos, e vou pedir para vocês darem o telefone para a gente poder ligar e prestar as informações inerentes.

A SRA. MARIA DE FÁTIMA XAVIER DE SOUZA - Meu nome é Maria de Fátima Xavier de Souza, eu moro na Padre Chiquinho, em frente ao Major Guapindaia, junto da Dona Raimunda, e quando o meu IPTU passou para o Estado eu fui na Prefeitura perguntar por que. Eu queria saber. E como que o dela, como você falou agora, faz parte da Prefeitura, se eu sou vizinha, como eu vou ser do Estado e ela da Prefeitura? Está errada esta coisa. É tudo lote, ali faz parte de um lote, entendeu, chama-se lote. Eu moro do lado, eu sou Estado, ela é Prefeitura, então está errado, como é que a minha casa vai ser da Prefeitura e a dela vai ser do Estado, meu terreno? Eu quero saber qual é o motivo? Está errado isso. Porque eles disseram na Prefeitura que ali fazia parte dos Milagres, foi o que eles me falaram, área dos Milagres pertence ao Estado.

Então, o meu terreno pertence ao Estado, o dela pertence à Prefeitura, da minha outra vizinha do lado pertence à Prefeitura. Eu, bonita, sou do Estado. Eu não entendo de jeito nenhum, eu quero entender, essa agora eu quero entender.

O SR. ANTÔNIO FORTUNATO DE OLIVEIRA – Dona Maria de Fátima, é assim: lotes de terras eles são divididos por georreferenciamento de satélite, existe um ponto aqui e um ponto lá. O meu lote, ele pode estar dividido daqui para lá um e daqui para lá outro, algumas divisões podem existir, ruas, uma rua aqui de um lado de uma rua, para um de um lado de uma rua para outro, podem existir rios e o meu ponto de georreferenciamento ele pode passar entre uma residência e outra. O que não pode, pode até acontecer de o ponto de georreferenciamento o lote ter sido construído e no meio da sua casa o ponto já desce, metade da sua casa ser da Prefeitura e a outra metade ser do Estado, porque foi construída de maneira errada.

Eu quero que vocês entendam, a ocupação pode ter sido desordenada. O que é que tem que se fazer para poder reorganizar tudo? Eu teria que fazer um remembramento de toda a área, eu teria que depois de fazer o remembramento, registrar isso em cartório e depois eu teria que solicitar um desmembramento correto para poder regularizar essa situação. Eu estou com esse problema. Para a senhora ter uma noção, no município de Governador Jorge Teixeira, quando a gente foi fazer o georreferenciamento, eu cortei a metade de uma quadra

inteira pelo meio, uma matrícula estava em um número, metade da casa, da sala do caboclo para frente da rua, estava numa matrícula e da sala para os quartos e cozinha estava em outra, ou seja, o crescimento foi desordenado, ele não usou aquela matrícula para fazer o loteamento correto, ou seja, foi ocupando, foi ocupando, abrindo rua, foi ocupando e foi ficando desordenado. Por quê? Porto Velho quando foi criado ele foi criado com uma matrícula, ele não foi criado com matrícula dividida com rua, quadra e lote, era uma fazenda. E aí o povo foi ocupando aquela fazenda, posteriormente foram feitos desmembramentos, nós estamos tendo vários problemas na Fazenda Milagres.

Então, o meu georreferenciamento é um, a minha fazenda, só que eu tenho parte de casa dentro da fazenda e parte de casa fora da fazenda, ou seja, eu vou regularizar metade do lote? Não posso. O que é que o Juiz Corregedor do Estado, o doutor Áureo determinou: "*Está o Estado proibido de regularizar qualquer imóvel da Fazenda Milagres, enquanto não fizer todo o georreferenciamento, toda topografia, lote a lote*". Por isso que eu disse medido trena a trena e informar no cartório todo esse georreferenciamento. Aí eu vou chegar lá para o cartório e dizer: "Cartório, o meu lote com as pessoas que estão ocupando instituição pública, rua, praça, é esse agora". Aí ele vai dizer: "Ok! Estado". Agora eu vou regularizar isso aqui. Autorizado pelo Juiz Corregedor, eu tenho que passar essa informação para ele. O que pode estar acontecendo é que algumas pessoas de um lado podem ser do município e de outras podem ser do Estado, da mesma maneira como acontecia na Figura A, uns dos Municípios, outros do Estado e outros da União, tudo aqui misturado. Aí diziam: "*Mas como é que eu sou do Estado?*". Está dentro da Figura A, mas você não está na Figura A. Você saiu da União, você está no Estado, esse está na Prefeitura. Pode acontecer? Pode. E não é difícil.

Jorge Teixeira, nós temos 986 lotes dessa maneira, tanto é que nós estamos refazendo toda a topografia. Tanto é que atrasou em mais de um ano a titulação deles.

A SRA. MARIA DE FÁTIMA XAVIER DE SOUZA – Olha, você está falando tudo isso aí, mas eu estou bem aqui no meio, a minha vizinha daqui é Prefeitura, a minha vizinha daqui é Prefeitura, aqui é Prefeitura, atrás é Prefeitura e eu, Estado? Se é um lote.

O SR. ANTÔNIO FORTUNATO DE OLIVEIRA – Eu não sei qual foi à classificação que foi dada na Prefeitura. Agora, tudo isso vai acabar quando fizer o georreferenciamento todo, depois que for feito o georreferenciamento, cadastrado na Prefeitura e no cartório novo, então vai acabar tudo isso, até porque já vai ser feito o cadastro do morador para a titulação, aí isso acaba.

A senhora entendeu porque essa problemática de tanto Bairro ter problema em Porto Velho e esse programa *Título Já* está tendo tanta dificuldade em Porto Velho? Para a senhora ter noção, eu já entreguei quase 15 mil títulos do Estado, em Porto Velho eu não consegui entregar nenhum. É complicado. Agora, estamos resolvendo? Estamos. É demorado? É. Mas vamos atender todo mundo.

A SRA. MARIA DE FÁTIMA XAVIER DE SOUZA – Está bom. Obrigada.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Deixa eu lhe falar, dona Maria de Fátima. Eu entendo, realmente é algo, mas essa explicação aqui, por isso que as Audiências Públicas ocorrem é para difundir, discutir isso. O que a gente vai ficar a tarde inteira ouvindo caso a caso, mas de antemão tem que ter o georreferenciamento e a outra preocupação que alguns tinham, teriam, é a questão de amanhã ou depois a Prefeitura ou o Estado vir tomar a área dos senhores, desapropriar, então aqui eu vejo o Estado não tem nenhum interesse, até porque, se houver interesse, ele tem que passar um projeto de lei por esta Casa, justificar, pagar, desapropriar, isso que fique que eu vejo claro para os senhores. A minha preocupação como Parlamentar é em regularizar essas situações, que hoje a maioria que eu vejo são senhoras já de certa idade, já realmente trabalharam, se esforçaram, trouxeram recursos para o Estado, deram o sangue realmente por Porto Velho, contribuíram por desenvolvimento da nossa Capital, e não merecem ficar com uma área irregular, Fortunato, isso que eu digo foi promessa de campanha, eu sempre falo, o Governador Confúcio Moura prometeu que iria regularizar essas áreas, Nacional, essa Fazenda TD Milagres, a questão do Liberdade, tudo. Então, não é que eu sou *cri cri*, eu gosto muito, eu sou muito pontual. Meu avô, meu pai sempre me ensinaram, o homem tem que ter postura, tem que ter palavra. Então, palavra dada é palavra que tem que ser cumprida, é lógico que a gente sabe que a administração pública ela que tem mais normas para complicar, nada para beneficiar. Eu estava aqui, vocês estavam conversando, eu estava imaginando em trazer uma proposta de uma lei para alterar esse dispositivo quanto a essa regularização para a gente dar mais celeridade, porque quando você paga o IPTU, você paga por metragem, não é pelo tamanho, não é isso, por metro quadrado? Então, eu acredito que já existe um registro na Prefeitura desses lotes, tem que ter. E por qual motivo não usar esses dados da Prefeitura? Isso que eu quero entender, isso que eu quero que alguém me informe se essa norma é federal ou estadual para a gente começar. Fizeram o georreferenciamento aqui, Fortunato e Calmon, na Arigolândia? Passaram aqui igual uma bala, eu não os vi fazendo lote a lote, não, eu só vi, olhava quando entrava no terreno, porque eu entendo que existe registro na Prefeitura de quem paga IPTU, agora, tem local que não paga IPTU, isso eu sei, isso é fato. Aí tu poderias até depois, de forma técnica, a gente tentar buscar resolver esse problema para aproveitar os dados que têm no cartório, os dados que têm na Prefeitura, a gente faz o confronto e já entrega logo esse título para o pessoal. Gente que se enquadra na questão das condições para receber esse título de forma gratuita, que vai pagar, esse título é cinquenta reais, se não me engano, é um valor de cinquenta reais, quem não se enquadra tem alguns requisitos para serem cumpridos quanto à questão do *Título Já*. E quem não estiver se enquadrando, mas o que não pode, gente, é isso passar de pai para filho e vai, vai e vai, e a pessoa morre e não vê aquilo que ele esperava, ter a segurança, a segurança é minha casa. Isso é dignidade, a Constituição Federal diz, é direito à dignidade da pessoa humana, dá direito a saúde, educação e uma moradia, uma moradia de qualidade. E a moradia que eu

vejo, nem isso é dado para o povo. A saúde é uma desgraça, pode passar assim a saúde pública, infelizmente a segurança está um caos, a educação só vive em greve porque o professor recebe um salário indigno, mas a gente tem que estar, pelo menos isso, em um local apropriado, o seu lar, ter o seu registro, o seu título. E você não consegue? Pelo amor de Deus, isso é um absurdo, sou totalmente contrário e vou continuar lutando até o final deste mandado.

A SRA. EVALDA – Boa tarde, o meu nome é Evalda, eu moro no Bairro São João Bosco. Eu quero saber o seguinte: por exemplo, no meu caso, que o meu esposo já é falecido, e eu que o represento, em todo o lugar que eu vou, eu tenho que ir com os documentos dele como já falecido. Como que fica nesse caso a regularização da minha terra que eu estou de posse dela? Porque está no nome dele.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – A senhora era casada com ele?

A SRA. EVALDA – Sou.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Não, a senhora tem legitimidade porque a senhora é esposa, tudo que é cônjuge, aí eu posso falar um pouco de conhecimento, que eu estudei um pouco do direito, isso vai para a senhora.

A SRA. EVALDA – Sim, também eu moro no Bairro São João Bosco, na Rua Padre Ângelo com Salgado Filho, essa área pertence ao Estado ou pertence a outra entidade?

O SR. ANTÔNIO FORTUNATO OLIVEIRA – Só uma dúvida: A senhora tem filhos?

A SRA. EVALDA – Tenho.

O SR. ANTÔNIO FORTUNATO OLIVEIRA – Quantos?

A SRA. EVALDA – Cinco filhos.

O SR. ANTÔNIO FORTUNATO OLIVEIRA – Todos maiores?

A SRA. EVALDA – Sim.

O SR. ANTÔNIO FORTUNATO OLIVEIRA – Ok. Porque, de certa forma, eles vão ter que dar o de acordo para colocar no seu nome, porque eles detêm 50% daquilo, por causa do espólio, que é o seu marido, e aí eles vão ter que entrar no acordo, eu digo isso por causa da minha pessoa. Meu pai também faleceu e nós tivemos que juntar todos os filhos, a renca toda e assinar uma declaração dando para a minha mãe, o de acordo, que é no nome dela e acabou, a gente abre mão da parte de 50% de papai. Na minha terra é painho mesmo.

A SRA. EVALDA – Está bem, obrigada, boa tarde.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – A senhora fez outra pergunta lá, a área se é do Município?

A SRA. EVALDA – Isso.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Qual é o local propriamente que a senhora falou?

A SRA. EVALDA – Padre Ângelo com Salgado Filho.

O SR. ANTÔNIO FORTUNATO OLIVEIRA – O que eu quero esclarecer, vocês estão muito preocupados, eu vi a preocupação de Estado e Município, Estado e Município, mas nós mandamos para Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Município, a SEMUR, a Márcia Luna que é Secretária, o Fabrício, graças a Deus, da Prefeitura nós temos um bom contato com eles, eles nos apoiam quando pedem, a gente tirou a burocracia, parou com esse negócio de documento, ele liga pelo telefone e diz: “Olha, eu estou precisando de apoio”. Ou eu digo: “Fabrício, me ajuda nisso”. A gente resolve muito, uma mão lavando a outra. Então, isso adianta o serviço e vamos colocar isso no papel, esse Termo de Cooperação, a gente está assinando o Termo de Cooperação, fizemos, mandamos para ele ler, o Márcia Luna está lendo junto com o Fabrício, vai assinar, mandar para a gente, vamos registrar na Procuradoria Geral do Estado para que um trabalhe ajudando o outro. Por quê? Exatamente por esse problema de um mesmo Bairro ter duas áreas, do Estado e do Município, e o São João Bosco e o Liberdade têm metade de um, metade de outro, mais para um, ou mais para um, mais para outro, e esse Termo de Cooperação vai independer, que a gente vai trabalhar junto. Quando começar o São João Bosco, vamos fazer primeiro do Estado, depois a Prefeitura? Não, vamos fazer o São João Bosco. O Liberdade. Vamos fazer primeiro do Município, depois do Estado? Não. Vamos fazer o Bairro Liberdade, ou seja, vai ser feito. Agora, aquilo que eu digo, eu queria que não tivessem tanta pressa, porque existe uma sequência, nós estamos trabalhando nisso, ou seja, Pedrinhas, Costa e Silva, São Sebastião I, São Sebastião II, aí vai entrar o São João Bosco, vai entrar naquela sequência. A única coisa que pulou aqui, que eu prestei atenção, foi o 10 de Junho, eu expliquei, já numa área nossa, a gente estava correndo para aquela área, eu já tinha a topografia pronta daquilo ali, porque já tinha um trabalho que eu ia fazer ali antes do *Título Já*, só que o pessoal foi ocupando, como já ocupou? A gente já tinha a topografia, só fizemos o trabalho social, quer dizer, estamos fazendo agora, vai ser mais fácil, mas nós já estamos trabalhando na sequência. A ideia que eu quero passar para os senhores é: vamos regularizar. E o senhor Governador Confúcio Aires Moura já falou: “Não quero brigar com comunidade por causa de terra, se está ocupado, se foi consolidado, que é aquele bairro consolidado e já mora lá e a gente não tem projeto para fazer nada em cima, vamos regularizar para a comunidade, se a área for do Estado, regulariza”. Então, é isso que a gente vai fazer. O Estado não quer área de ninguém, nem que seja nossa.

A SRA. EVALDA – Por exemplo, eu acho que a minha preocupação é de todos aqui. Eu moro lá há 44 anos, eu moro lá nesse lugar e eu pago, desde o meu primeiro IPTU que eu estou pagando, aí eu descubro que eu não sou nem a dona do imóvel. Eu sou o quê? Uma permissionária. Que eu não sou a dona, é como se fosse. Mas todos aqui pagam seu IPTU, a gente paga e o dono é outra pessoa, é uma situação muito desagradável.

O SR. ANTÔNIO FORTUNATO DE OLIVEIRA - O IPTU, ele é uma taxa que é paga, por exemplo, quando a senhora paga IPTU, a senhora está pagando o encasclamento da sua rua e de quem mora lá no Mariana, a senhora sabia disso?

A SRA. EVALDA – Sabia.

O SR. ANTÔNIO FORTUNATO DE OLIVEIRA – Quando a senhora paga IPTU, a senhora paga o asfaltamento que a sua rua pode ser que não tenha, mas paga também o asfaltamento da Jorge Teixeira, ou seja, o IPTU é para o município todo, ou seja, é um imposto que a própria Prefeitura usa para trabalhar no município. O dinheiro do IPTU, essa verba também é utilizada para a manutenção de iluminação, é utilizada para troca de posteamento, é utilizada para pagamento de funcionário que trabalha na Prefeitura, quem faz faxina, quem faz limpeza. A senhora pode dizer: “Mas a minha rua nunca foi varrida!”. Mas a senhora andou pela 7 de Setembro, pela Jorge Teixeira que está limpo. O IPTU é para isso também, a gente tem que entender isso, que é o imposto. A ideia mesmo pagando IPTU, eu estou dizendo porque eu pago há 20 anos, comprei um lote num loteamento há 20 anos, estou tentando regularizar, quero pagar e há 20 anos, não consegui ainda.

A SRA. EVALDA – Obrigada, era só essa a minha dúvida.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – É como eu digo, IPTU todo mundo paga, mas o de fato e de direito, quando o senhor tirar uma certidãozinha verde, que diz lá, registro de cartório, esse imóvel já está em seu nome, infelizmente é isso mesmo que tem que ter, o IPTU, a água, a energia, no caso, o cidadão tem que pagar, fora os impostos que são encargos na questão da nossa alimentação e aí vai, a taxa tributária do Brasil é uma das mais elevadas. Agora, eu vou dizer para vocês, isso aqui é o cronograma, não é isso que está colocado aqui? Cronograma do Governo do Estado de Rondônia junto, se houver, vou cobrar agora esse Termo de Cooperação junto com o Fabrício, ele me pediu inclusive duas camionetes para o município para ajudar na questão da titularização, foi um pedido dele, foi um pedido e se for necessário a gente vai encaminhar. Bairros que vão ser primeiros: Pedrinhas, Costa e Silva, São Sebastião I, São Sebastião II, Bairro Nacional; eu li os cinco primeiros, São João Bosco, Liberdade, Conjunto Santo Antônio, 10 de Junho, esses aí são os primeiros que irão ser seguidos para a regularização. Quem não foi lido aqui é porque é do município, que fique claro aqui. Se não foi lido aqui, os Bairros, exemplo, Olaria, Município, não é isso? Aí tem outros Bairros que não foram lidos que são do município. Jardim América é do Município, não é isso? É Estado. Cadê o Jardim América? Está dentro do João Bosco, desculpa, está dentro do João Bosco.

O SR. ANTÔNIO FORTUNATO DE OLIVEIRA – O conjunto, a gente não precisava ter colocado aqui, porque está dentro do São João Bosco, o conjunto Santo Antônio.

A SRA. ROSA SALES – Boa tarde. O meu nome é Rosa Sales, moro no Bairro São João Bosco, na rua Padre Ângelo Cerri, entre Salgado Filho e Getúlio Vargas. Agora eu pergunto: aquele pedaço ali, ele pertence ao Mourão? Porque se ele pertence

ao Mourão, se eles querem mais dinheiro, eu não vou pagar, só vou pagar IPTU porque é obrigatório, mas pagar dívida para ninguém, eu não vou pagar.

O SR. ANTÔNIO FORTUNATO DE OLIVEIRA - Dona Rosa, só explicar para a senhora, o Mourão, é uma precatória, precatória quem paga é o Estado.

A SRA. ROSA SALES - O Mourão é obrigatório à gente pagar?

O SR. ANTÔNIO FORTUNATO DE OLIVEIRA - Não, precatória quem paga é o Estado. O Estado já pagou precatório, os filhos dele estão recorrendo na Justiça contra o Estado; se for para pagar alguma coisa, é o Estado quem paga, não é a senhora, não.

A SRA. ROSA SALES - É, porque eu ouvi dizer que eles já tinham recebido esse dinheiro.

O SR. ANTÔNIO FORTUNATO DE OLIVEIRA - Já, já receberam os filhos dele estão recorrendo só os juros.

A SRA. ROSA SALES - Eles ainda querem mais dinheiro? A gente não pode, a gente não tem condições.

O SR. ANTÔNIO FORTUNATO DE OLIVEIRA - Eles estão recorrendo, por exemplo, quem pagou precatório foi o Estado, e se eles estão recorrendo dos juros que gerou nesses vinte anos de processo, é contra o Estado, é o Estado quem vai pagar se tiver que pagar, não é a senhora, não.

A SRA. ROSA SALES - É o seguinte: eu já dei entrada para receber o título definitivo, que justamente a casa não está mais no meu nome, está no nome da minha filha, então eu dei a entrada já na SEMUR. Aí, esses documentos, eu já entreguei todos para lá, que é justamente para receber o título definitivo.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) - É, mas o título, como está sendo explicado hoje para todos, tem que fazer primeiro o georreferenciamento, após o georreferenciamento vai ter a questão do Mourão, é uma coisa atípica, vou ter que acionar agora, oficializar o Tribunal de Justiça, pedir informação quanto ao andamento do processo, e se houve já o pagamento ele tem que discutir isso. Até porque, eu quero, aí eu vou levar de outra forma, tentar utilizar de forma igualitária, a discussão do Bairro Universitário, já foram pagos dois milhões e setecentos e noventa para o proprietário, ele não aceitou o valor ou, salvo engano, aceitou, está tentando buscar, exemplo, outros valores, mas já foi pago, já foi desapropriado e essa discussão é nível de Justiça. Eu não entendo, e aí eu vou pedir essas informações através da Procuradoria, no caso da Comissão de Habitação, por qual motivo que ainda essa fazenda Mourão, no caso que já foi desapropriada pelo Estado através de precatório, não pode ser regularizada, viu, Fortunato. Então, eu vou pedir o parecer para a Justiça, informação da Justiça e para o próprio Estado, que ele informe para esta Comissão, para a Assembleia, quais são os motivos que estão vedando a transferência desses lotes para o cidadão que se encontra lá ocupando a terra. E o Estado não tem interesse, como foi bem colocado aqui, o

Governador Confúcio Moura, através dos representantes, e que fique registrado a fala do Fortunato, não tem interesse, não tem interesse em desapropriar ninguém. Então, se a fala do Governador, ele está fazendo compromisso com esta Casa, não só com esta Casa, com os senhores, nós iremos agora buscar regularizar essa área. A senhora, não vai pagar nenhum centavo a mais de quanto foi falado, e se for de pagar, não é a senhora, é o Estado de Rondônia, que fique claro para todos aqui presentes.

A SRA. ROSA SALES - Eu sei. É o seguinte: é porque eu já moro lá há 41 anos, esse tempo todinho eu pagando imposto. E agora eu estou, agora por último, não foi IPTU para nós lá naquele Bairro, na Padre Ângelo Cerri, não foi IPTU para ninguém. Agora só paguei porque eu tive que correr atrás para poder pagar, para poder chegar ficar em dia, que eu não gosto de ficar em débito com ninguém, quando eu devo eu quero pagar, eu não pago atrasado, só quero pagar adiantado, certo.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) - Eu vou pedir todas as informações, Kid, que ela relata que alguns locais não chegou IPTU, locais que pagam há 41 anos, que fique registrado, ela pagava IPTU e de uma hora para outra o município não está cobrando os valores de IPTU. Então, vamos requisitar também essas informações quanto aos motivos que levaram o município a deixar de arrecadar o IPTU, que fique bem claro, IPTU é Município de Porto Velho. Então, acho que tem muito dinheiro e eles não querem arrecadar, só pode, porque não arrecadaram IPTU, que não tem nada a ver essa situação de regularização fundiária. Alguém mais? Não? Não entendi.

O SR. ANTÔNIO CALMON - Deixe-me explicar. Como eu havia dito, ali foi um loteamento irregular que seu Emil fez e repassou. Existe uma questão, como é espólio também dele, ele já é falecido, existe uma situação a ser acertada com esse espólio dele, ou esse espólio transfere a dominialidade para o município ou para o Estado. Porque assim, resumindo, é uma questão de particular, no seu caso, um espólio do seu Emil, está dentro de uma área maior, mas é um perímetro que pertence a um particular, é uma relação de particular com particular, não é o Estado com a pessoa que está naquele lote, como muita gente aqui do São João Bosco e Liberdade. O Jardim América, que é a área do seu Emil, é de particular para particular, ou esse particular passar para o Estado ou passa para o Município.

A SRA. IODETE SOUZA DE OLIVEIRA - Mas ali, olha, é o começo da Lauro Sodré.

O SR. ANTÔNIO CALMON - Isso, eu conheço.

A SRA. IODETE SOUZA DE OLIVEIRA - A pista que vai para o aeroporto...

O SR. ANTÔNIO CALMON - Isso.

A SRA. IODETE SOUZA DE OLIVEIRA - E a José Camacho, é Jardim América ali?

O SR. ANTÔNIO CALMON – É considerado Jardim América, que são as áreas do seu Emil.

A SRA. IODETE SOUZA DE OLIVEIRA – E porque é São João Bosco agora?

O SR. ANTÔNIO CALMON – Aí é como eu lhe disse, isso é uma questão, é uma denominação que o município deu. A área, o terreno em si está dentro dessa área que é do senhor Emil Gorayeb. Agora, ser chamado de São João Bosco nesse momento é uma questão de localização da Prefeitura.

A SRA. IODETE SOUZA DE OLIVEIRA – Porque vem no IPTU São João Bosco.

O SR. ANTÔNIO CALMON – Pois é. Mas é uma questão de localização do município.

A SRA. IODETE SOUZA DE OLIVEIRA – Deixa eu te fazer uma pergunta. A gente mora ali há 60 anos, e o nome da minha mãe, é falecida, a minha mãe já é falecida. Como é que a gente vai fazer, os herdeiros, para adquirir o título do terreno?

O SR. ANTÔNIO CALMON – Aí, no caso vai ficar em nome do espólio da sua mãe, no caso. Aí os irmãos têm que se compor, está certo?

A SRA. IODETE SOUZA DE OLIVEIRA – Está bom. Obrigada.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Agora uma pergunta que ela me deixou. Já foi resolvida a situação do Emil com o pessoal de lá? Ele não doou?

O SR. ANTÔNIO CALMON – Não, não.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Mais tem 60 anos. Tem discussão jurídica lá? Tem ação?

O SR. ANTÔNIO CALMON – Tem. Tem deles.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Então tem ação tramitando...

O SR. ANTÔNIO CALMON - Assim, Deputado, a gente está concentrado nessa parte aqui. É a mesma situação da Cidade do Lobo. O Bairro Cidade do Lobo pertence ao espólio do senhor João Lobo, que a família discute até hoje. Assim é o caso do Jardim América, que é o espólio do senhor Emil Gorayeb.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Espera aí. Ali é uma área, não houve já usucapião? Ninguém entrou com essa discussão? Eu vou ter que...

O SR. ANTÔNIO FORTUNATO DE OLIVEIRA - Aí seria particular. Particular entrar com usucapião.

O SR. ANTÔNIO CALMON – Aí é de particular para particular.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Como é que está a situação de vocês ali? Ninguém tem uma Associação? Quer

dizer que o processo pode estar tramitando e vocês nem sabem que amanhã ou depois vem um trator derrubando.

A SRA. IODETE SOUZA DE OLIVEIRA – Ali pertencia ao Emil.

O SR. ANTÔNIO CALMON – Emil Gorayeb. Jardim América...

A SRA. IODETE SOUZA DE OLIVEIRA – Não sabia, não.

O SR. ANTÔNIO FORTUNATO DE OLIVEIRA – Aí tem que entrar com um processo de usucapião.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – É preocupante.

O SR. ANTÔNIO FORTUNATO DE OLIVEIRA – Talvez já tivesse sido resolvido há muito tempo a situação de vocês com usucapião, porque é área particular. Aliás, usucapião só não cabe para área pública, seja Município, Estado ou União, não tem usucapião. Mas área de particular tem.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Mas 55 anos, vocês nunca foram notificados, nunca? 60 anos e nunca ninguém foi notificado que há um processo tramitando contra os senhores?

A SRA. IODETE SOUZA DE OLIVEIRA – Nós morávamos ali na Lauro Sodré, e só tinha uma pista. Então, para passar, fazer a pista da Lauro Sodré para ir para o aeroporto, tivemos que tirar a casa para aí ganhar mais um pedaço, que ali era tudo mato, lá para trás.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Com esse georreferenciamento, Fortunato, a Prefeitura, eu vou entrar nessa discussão do senhor Emil. A gente vai ter que entrar através da Assembleia Legislativa, a gente vai ter que buscar a Defensoria, notificar a Defensoria para regularizar essa situação. Eu quero ver se existe processo, se esse processo foi peticionado em tempo hábil. Porque se vocês demonstrarem 60 anos, já tem mais do que usucapião, tem que, infelizmente, perderam.

A SRA. IODETE SOUZA DE OLIVEIRA – Deputado Jesuíno, eu gostaria que o senhor fizesse uma visita lá em casa. Eu sou mãe do Sargento Marcelo e a mãe do Márcio.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Ah, é ali naquela esquina que a senhora está falando?

A SRA. IODETE SOUZA DE OLIVEIRA – É. Faz uma visita lá em casa para te ver, está bom?

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Eu vou. Eu vou tomar um café lá. Eu já sei, agora eu sei. Agora eu localizei. Aquela área então é do senhor Emil. Então, aquele pedaço todinho do Jardim América, que tem aquelas casas lá... É bom que tem muita gente importante. A luta vai ser boa. Ali a luta vai ser boa... Alguém mais? Lembrando que tem um *coffee break* aí, um lanche para vocês aí.

O SR. ANTÔNIO FORTUNATO DE OLIVEIRA - A Defensoria Pública pode trabalhar em prol de usucapião. A senhora pode

procurar a Defensoria Pública e orientação lá, que a Defensoria Pública faz usucapião. Ela vai pedir os documentos necessários, abre o processo.

A SRA. TEREZINHA AZEVEDO DE OLIVEIRA - Deputado, tem uma Associação que eu conversei com a minha dentista, ela mora ali no Santo Antônio e o esposo dela faz parte da Associação de Moradores do Bairro Santo Antônio. Ela diz que abrange todos esses Bairros, inclusive o nosso Jardim América. E inclusive o esposo dela é o nosso advogado também. Eles sempre entram com ação para resolver aquele problema de área verde ali, onde eles plantam, onde eles organizam. Então, se é a mesma Associação, é só procurar.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Eu vou pedir para o Marcus, que é o Defensor Geral, esses casos. Por isso que é bom ouvir os senhores e as senhoras para a gente ter ciência do que está acontecendo para tomar os procedimentos também, chamar as Associações que tiverem parte, mas também a Defensoria Pública para atender as demandas. Mas isso só vai ser sanado depois desse georreferenciamento. Porque aí vocês vão estar me dando o azimuth completo das casas, completo. Só para, quanto à questão do Bairro Portelinha, eu quero novamente frisar, eu vou marcar uma reunião lá, já foi marcada a reunião, eu não sei se eu vou estar presente. Sábado que vem, é sábado que vem. Eu vou pedir já ao Fortunato ou ao Calmon e vou chamar a SEDAM, vou chamar a SEMA para estar presente lá no Portelinha para a gente resolver esse problema. Porque na última reunião, Fortunato, ficou claro o posicionamento que ali é uma área de APP, mas tem uma discussão da Lei de 2008 que a gente pode discutir. Então, eu vou pedir esse parecer jurídico para resolver a questão. Porque o povo de lá, eu pedi para fazer uma reunião, foram lá, a assessoria foi e explicou. É igual o caso das senhoras aqui, amanhã ou depois chega uma ação, não sabia realmente de como que era, o povo ter que pagar ou ser desapropriado, o que eu acho muito difícil, mas pode acontecer, não é impossível, tudo depende de quem está advogando e começa a causar uma série problemas, criar alguns argumentos jurídicos que podem até retomar essa área de direito para a família do Emil. E a gente não pode deixar isso acontecer, que são 60 anos, você já tem 80, que é uma área consolidada, uma área ocupada já consolidada, central ainda.

Senhores e senhoras, até eu acho que já me dei por satisfeito quanto à questão da reunião. Informar a todos que estaremos cobrando, as datas já foram relatadas, esse Termo de Cooperação, eu vou cobrar. Só a informação, Fortunato, dizer para você também, agradecer não só você como o Calmon, a paciência, sempre que nós fizemos o convite os senhores estiveram presentes, dizer que esse é o papel nosso como Parlamentar, dar satisfação às senhoras e os senhores quanto às necessidades, quanto às discussões inerentes de que é de suma importância para vocês, e não só para vocês como para o próprio Deputado. Nós não somos onipotentes, onipresentes, não sabemos de tudo, e quando o Deputado é provocado através dos senhores é que deve tomar uma postura, uma medida. Então, é essa medida, nós iremos dar sim às respostas para os senhores. E com certeza, assim como foi a Figura A aqui no Bairro Universitário, Bairro Tiradentes, Bairro Industrial, tudo

saiu com uma solução plausível. Hoje o Bairro Planalto, uma parte do Planalto, eu estou ciente, tudo está sendo sanado, não é da forma que a gente quer, de uma forma tão rápida, mas que traga em um período também razoável a resposta, o que não podemos aceitar é ficar anos e anos e anos só com enganação, só com blá blá blá, e a coisa não flui. E aí eu vejo, não é porque você está aqui, não, Fortunato, eu vejo a sua equipe hoje muito aguerrida, muito assídua, compromissada realmente com os trabalhos. O cara também não pode falar que vai resolver tudo, que ele está em um aspecto de Rondônia, 52 Municípios, tem mais Distritos, Glebas e aí sucessivamente. Então, eu só peço para vocês que após esse Termo de Cooperação me informem. E eu vou deixar também quem tiver interesse esse documento para dar informações de quando será, no caso aqui tem algumas informações que alguém pode ler e ficar um pouco assim, não ter uma informação hábil, entender de uma forma diferente. Então eu vou só relacionar os Bairros, a sequência dos Bairros, pedir para a minha assessoria e deixar à disposição para quem tiver interesse em pegar.

Alguém mais quer falar? Não? Então eu vou agradecer ao Calmon, agradecer a todos os presentes, dizer que é muito importante essas discussões aqui no âmbito da Assembleia. Eu fico feliz todas as vezes que nós discutimos qualquer termo que seja, seja da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Estado, regularização fundiária, Saúde, Educação, porque esta Casa é o local para ser debatido, discutido. Eu sempre digo: quando nós, quando eu estou fiscalizando um local, eu represento os senhores, é o povo que está ali fiscalizando. É o papel do Parlamentar fiscalizar. É o papel do Parlamentar ter zelo e compromisso com o povo que deu condições para ele estar aqui representando as necessidades, representando de uma forma digna o cidadão. Então, é isso que eu queria falar, agradecer novamente o meu amigo aqui, Fortunato, pela paciência, pela compreensão.

Mandar um recado para o Governador Confúcio Moura. Hoje, através dessa informação, que ele continue, se ele fez o compromisso, está fazendo novamente o compromisso com o povo, buscando sanar esses problemas, que ele que é o Governador do Estado de Rondônia, o poder maior é dele, o poder da caneta realmente, que pode sanar muitos problemas. Eu sei que é o Estado é muito grande, tem muitas problemáticas, mas eu não posso também como fiscal, Deputado, ficar em silêncio, silenciar ou não dizer as coisas que é para falar. Eu sempre vou falar, agrade ou não agrade, desagrade ou qualquer algo assim. Eu vou falar porque esse é o papel do Parlamentar, de uma forma crítica, de uma forma educada, sem ofender a moral, sem precisar falar palavras chulas ou de baixo calão, eu acho que isso não é necessário. Nós temos que cobrar, mostrar o erro e tentar apontar as soluções, isso é que é importante.

Então, eu não gosto muito de me delongar. Fico feliz por vocês, agradecer novamente, agora tem um lanchinho para vocês.

Então, invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro encerrada esta Audiência Pública. Muito boa tarde a todos.

**(Encerra-se esta Audiência Pública
às 16 horas e 54 minutos)**

SUP. DE RECURSOS HUMANOS**ATO Nº 123/2016-SRH/D/P/ALE**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 15 (quinze) diárias no período de 17/04/2016 a 01/05/2016, ao servidor relacionado, para deslocar-se aos municípios de Colorado do Oeste e Cerejeiras - RO, com o objetivo de Ministrar os cursos de Gestão de Recursos Humanos, Assessoria Parlamentar e o Básico de Jornalismo, conforme Processo nº. 05240/2016-95.

MATRÍCULA: 100009028
NOME: Paulo Ayres de Almeida
CARGO: Técnico Legislativo
LOTAÇÃO: Dep.Com.Social

Porto Velho - RO, 13 de Abril de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº 124/2016-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 13 a 15/04/2016, ao servidor relacionado para fazer assessoramento técnico ao Deputado Luizinho Goebel que estará participando de reuniões com o Secretário Extraordinário de Regularização Fundiária da Amazônia Legal, na cidade de Brasília - DF, conforme Processo nº. 05337/2016-28.

MATRÍCULA: 200162614
NOME: Elton Marcos Machado
CARGO: Asses. Técnico
LOTAÇÃO: Liderança do Governo

Porto Velho - RO, 13 de Abril de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA
Pregão Eletrônico nº 005/2016/ALE/RO
Processo Administrativo nº 13716/2015-33

A **Superintendência de Compras e Licitações - SCL**, através da **Comissão Permanente de Licitações - CPL**, designada pelo **ATO Nº 3588/2015-SRH/P/ALE**, torna público aos interessados, que a licitação supracitada tendo como finalidade a **Contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos de VIGILÂNCIA ELETRÔNICA**, serviços de instalação e configuração do Sistema de Monitoramento por Câmeras de Vídeo (CFTV), foi declarada **FRACASSADA**, conforme relatório acostado nos autos, ficando aberto o prazo de 03 (três) dias úteis para manifestação recursal. Os autos encontram-se franqueados aos interessados.

Porto Velho, 14 de abril de 2016.

Everton José dos Santos Filho
Pregoeiro ALE/RO
Mat. 200160382